



SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

PLANO ANUAL DE AUDITORIA

PLANO ANUAL DE AUDITORIA EXERCÍCIO DE 2023 PRIMEIRA ALTERAÇÃO

I - INTRODUÇÃO

1. O Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna para 2023 - PAA2023, 16783298, aprovado por meio da Portaria Diref 351/2022, 16784386, foi elaborado a partir da metodologia indicada em sua parte textual e vem sendo executado, nos termos dos **ANEXOS I, II e III**, com algumas adaptações de período para melhor atender à dinâmica administrativa da Seccional e da unidade em particular.
2. No entanto, ações demandadas pelo Conselho Nacional de justiça - CNJ, pelo Conselho da Justiça Federal - CJF, associadas à necessidade de realizar adaptações no planejamento observadas durante o exercício mudaram o cenário inicial, tornando imperioso promover a alteração do PAA2022 para incorporação das ações não previstas, conforme justificativas constantes no item 2 a seguir.

II - JUSTIFICATIVAS PARA A ALTERAÇÃO

3. As justificativas para alteração do Plano Anual de Auditoria 2023 podem ser classificadas por fonte externa e interna.
4. De **fonte externa**, destacam-se:
 - 4.1. a demanda comunicada pela Secretaria de Auditoria Interna - SECAU, por meio do Ofício-Circular 4/2023 17298156. Nesse expediente, a SECAU informa que a Secretaria de Auditoria Interna do CNJ determinou a realização da **Ação Coordenada de Auditoria sobre a temática "Política contra Assédio e Discriminação"** e solicita a alteração do PAA/2023 para incorporar a ação no planejamento anual. A solicitação resultou na **inclusão do Item 7, no Anexo II/A**;
 - 4.2. a ação citada pela SECAU no mesmo expediente, sinalizada pelo CJF, quanto à necessidade de realização da **Auditoria Especial nos cálculos e no pagamento dos passivos relativos aos Adicionais por Tempo de Serviço - ATS de magistrados**. Posteriormente, a SECAU emitiu a Circular SECAU 5/2023, 17314534, ratificando a necessidade de realização da ação e da alteração do plano. A demanda culminou na **inclusão do Item 8, no Anexo II/A**;
5. No que tange à **fonte interna**, surgiu no exercício a necessidade de incluir, excluir, alterar temas e riscos e de reclassificar ações dentro do mesmo cronograma. Essas situações tratam:
 - 5.1. da **alteração do Anexo I** para exclusão do **tema convênios** do Item A/4, da ação para avaliar a regularidade das contratações diretas, tendo em vista a necessidade de redução do escopo para fins de concentrar esforços na auditoria de contas de 2023;
 - 5.2. da **alteração do Anexo I** para deslocar a ação prevista no **Item 8/A**, com o objetivo de avaliar a regularidade dos registros no rol de responsáveis, da modalidade Auditoria para o tema Auditoria Preventiva de que trata o **Anexo I/B**, devido à mudança de metodologia na abordagem do objeto;
 - 5.3. da **alteração do Anexo I** para redefinir a previsão de que trata o **Item 2/B**, de Avaliar a regularidade, de forma preventiva, em fases específicas das contratações, para Avaliar a regularidade dos atos posteriores à decisão pela antecipação de pagamento de despesas de que trata o Relatório de Consultoria 01/2022, 16591450.
 - 5.4. da **alteração do Item 5 do Anexo II/A**, para redefinir o objetivo da auditoria para avaliar a gestão do Pró-Social, que passa para Avaliar a regularidade da aplicação dos percentuais de custeio dos beneficiários, bem como adequar os riscos associados ao mencionado objetivo;
 - 5.5. da **inclusão do Item 16 no Anexo III** relacionado à ação de monitoramento das recomendações expedidas no Relatório de Auditoria de Contas de 2022, 17612472, de que trata o Processo Administrativo - PA 0007984-45.2022.4.01.8004; e
 - 5.6. da **inclusão do Item 3/C no Anexo III** para registro do omitido projeto de elaboração o Plano Anual de Capacitação da Auditoria Interna - PAC-Aud para 2024.
6. Em virtude dos fatos mencionados, conclui-se que há necessidade de alteração do PAA2023 como proposto, adequando-se os quantitativos de HDFs (Homem Dia Fiscalização) na forma do cronograma exposto nos Anexos I, II e III.

III - ENCAMINHAMENTO PARA APROVAÇÃO.

7. Submeto a presente **PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA - PAA2023** à consideração do **Juiz Diretor do Foro** para aprovação e publicação por meio de Portaria, nos termos do art. 32, da [Resolução CNJ 309/2020](#).

8. Solicita-se, por conseguinte, que o PAA 2023 Alterado seja encaminhado à Direção da SECAD, para conhecimento das unidades administrativas.

Zacarias Vitorino de Oliveira Filho
 Diretor do Núcleo de Auditoria Interna
 NUAUD/SJBA

ANEXO I

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PELA SEÇÃO DE AUDITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SEAUG

A - Modalidade: Auditoria							
Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivos	Riscos	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Auditoria de Contas 2022	Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, gestão de pessoal e gestão do patrimônio	Concluir os procedimentos adicionais de Auditoria de Contas de 2022, comunicar, por meio do Relatório Longo, eventuais distorções e desvios de conformidade relevantes não corrigidos, subsidiando o Certificado de Auditoria.	<ul style="list-style-type: none"> Distorção relevante nas demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias, independentemente se por fraude ou erro. Demonstrações contábeis elaboradas e apresentadas em desacordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicáveis; Desvio de conformidade relevante nas transações subjacentes às demonstrações contábeis. 	30	janeiro março.
2	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira	Auditoria de contratações	Contratações por licitação, incluindo obras e serviços de engenharia, atas de registro de preços e sustentabilidade ambiental	Avaliar a regularidade das contratações de bens e de serviços	<ul style="list-style-type: none"> Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário; Dano à imagem / reputação da Seccional. 	30	abril e maio
3	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Ação Conjunta - CJF	Acessibilidade predial	Avaliar a conformidade da acessibilidade Predial nos prédios da Seccional"	<ul style="list-style-type: none"> A definir pelo CJF. 	60	maio a agosto.
4	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira	Auditoria de contratações	Contratações por dispensa, incluindo locações de imóveis, e por inexigibilidade	Avaliar a regularidade das contratações diretas.	<ul style="list-style-type: none"> Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário; Dano à imagem / reputação da Seccional. 	20	julho

5	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira	Auditoria na gestão de contratos	Gestão e fiscalização de contratos, incluindo cessão de mão-de-obra, locação de imóveis, serviços de TI, bem como a liquidação e o pagamento de despesas contratuais	Avaliar a regularidade dos aditamentos, apostilamentos, das repactuações, da liquidação e do pagamento de faturas de contratos.	<ul style="list-style-type: none"> Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário. 	30	julho a setembro
6	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Auditoria de Contas 2023	Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, gestão de pessoal, do patrimônio, de aquisições e de contratos	<p>Assegurar que:</p> <ol style="list-style-type: none"> as demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicável e estão livres de distorções relevantes causadas por fraude ou erro; e as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os atos de gestão relevantes dos responsáveis pela Unidade Prestadora de Contas - UPC estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> Distorção relevante nas demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias, independentemente se por fraude ou erro; e Desvio de conformidade relevante nas transações subjacentes às demonstrações contábeis. 	240	julho a dezembro
7	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira	Auditoria na gestão de contratos	Gestão e fiscalização de contratos de obras e serviços de engenharia	Avaliar a regularidade da execução, liquidação e do pagamento das medições de contratos de obras e serviços de engenharia.	<ul style="list-style-type: none"> Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário; Dano à imagem / reputação da Seccional. 	20	agosto a outubro

8	-	-	Redirecionado para o bloco B - Modalidade: Auditoria Contínua e Preventiva, item 3	-	-	-	-
---	---	---	--	---	---	---	---

B - Modalidade: Auditoria Contínua e Preventiva

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira	Auditoria contínua	Indícios de irregularidades em licitações - Sistema ALICE	Acompanhar e examinar os indícios de irregularidades contidos nos avisos do sistema ALICE e solicitar providências junto à Direção	<ul style="list-style-type: none"> Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário; Dano à imagem / reputação da Seccional. 	5	janeiro a dezembro.
2	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira	Auditoria preventiva	Gestão das contratações	Avaliar a regularidade dos atos posteriores à decisão pela antecipação de pagamento de despesas de que trata o Relatório de Consultoria 01/2022, SEI 16591450.	<ul style="list-style-type: none"> Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário; Dano à imagem / reputação da Seccional. 	20	janeiro a novembro
3	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Auditoria preventiva	Acessibilidade e gestão das informações	Avaliar a regularidade dos registros no rol de responsáveis.	<ul style="list-style-type: none"> Indefinição sobre a responsabilidade pela prática de atos da UG. 	5	julho a dezembro

C - Modalidade: Consultoria

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Consultoria (demanda da Direção da SECAD SEI 16762057)	Fluxo dos processos de trabalho, com ênfase em compras diretas e licitações	Avaliar nos fluxos dos processos de trabalho os aspectos relacionados à economicidade, eficiência e eficácia das contratações	<ul style="list-style-type: none"> Ineficiência dos processos de aquisições decorrentes de fluxos de trabalho não reavaliados; Utilização antieconômica de controles internos mal desenhados; Contratações antieconômicas decorrentes de fracionamento de despesas. 	30	março e abril

D - Modalidade: Acompanhamento

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Acompanhamento	Acessibilidade e gestão das informações	Verificar a conformidade das informações disponibilizadas no Portal da Transparência para avaliação do cumprimento da obrigação de prestar contas, nos termos do Inciso I, art. 9º, da IN TCU 84/2020.	<ul style="list-style-type: none"> Informações divergentes ou incompletas no portal da Seccional na internet. 	5	janeiro a dezembro.
2	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Acompanhamento	-	Acompanhar a publicação de decisões, acórdãos e orientações, bem como os levantamentos do TCU, do CJF e do CNJ, para fins de aplicação e atendimento pela Seccional.	<ul style="list-style-type: none"> Contas dos gestores do Tribunal julgadas irregulares ou com ressalvas pelo TCU; Gestão de recursos públicos de forma ineficiente, ineficaz ou sem efetividade. 	5	janeiro a dezembro

E - Modalidade: Capacitação

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Participação de servidores que atuam nas auditorias em ações de capacitação	-	Desenvolver as competências necessárias para desempenhar as atividades de avaliação e consultoria, considerando a exigência de no mínimo 40h anuais de capacitação para cada auditor, nos termos do art. 72 da Resolução CNJ 309/2020	<ul style="list-style-type: none"> Não detecção de distorções relevantes nas demonstrações contábeis e/ou desvios relevantes nas atividades subjacentes; Ações que não agregam valor à Administração; Inobservância da determinação constante no art. 72 da Resolução CNJ 309/2020 Riscos de auditoria.. 	50	janeiro a dezembro

ANEXO 11

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PELA SEÇÃO DE AUDITORIA DE PESSOAL – SEAUP.

A - Modalidade: Auditoria							
Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivos	Riscos	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto

1	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Auditoria de Contas 2022	Transações subjacentes do ciclo das despesas com pessoal	Concluir os procedimentos adicionais de auditoria relacionados ao ciclo das despesas com pessoal.	<ul style="list-style-type: none"> Desvio de conformidade relevante nas transações subjacentes às demonstrações contábeis. 	20	janeiro e fevereiro
2	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Auditoria nas folhas de pagamento de pessoal	Gestão de pessoas	Avaliação da regularidade da liquidação das folhas de pagamento de pessoal ativo, celetista, inativo e pensionista, <u>a partir dos processos de trabalho priorizados neste planejamento</u> (quatro folhas mensais, a definir).	<ul style="list-style-type: none"> Liquidação e pagamento indevidos de créditos e débitos. 	220	janeiro a dezembro
3	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Auditoria nas indenizações e nos benefícios	Atos de concessão e de pagamento de indenizações tais como ajuda de custo, auxílio - natalidade.	Avaliar a regularidade da concessão e do pagamento de indenizações e benefícios.	<ul style="list-style-type: none"> Liquidação e pagamento indevidos. 	30	maio e junho
4	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Auditoria de Contas 2023	Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, gestão de pessoal, do patrimônio e de contratações.	Assegurar que as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os atos de gestão relevantes dos responsáveis pela UPC estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos.	<ul style="list-style-type: none"> Desvio de conformidade relevante nas transações subjacentes às demonstrações contábeis. 	70	agosto a dezembro
5	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Auditoria na gestão do Pró-Social	Gestão do plano de autogestão em saúde.	Avaliar a regularidade da aplicação dos percentuais de custeio dos beneficiários.	<ul style="list-style-type: none"> Aplicação incorreta do percentual de custeio dos beneficiários; 	20	setembro
6	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Auditoria de folha	Folha de pagamento da gratificação natalina 2023.	Avaliar a regularidade da liquidação e do pagamento da folha de pagamento da gratificação natalina/2023.	<ul style="list-style-type: none"> Liquidação e pagamento indevidos relacionados à gratificação natalina e ao desconto do adiantamento. 	60	dezembro/2023 e janeiro/2024.

7	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Ação Coordenada de Auditoria - ACA/CN	Gestão de pessoas	A auditoria tem como objetivo avaliar, no âmbito dos tribunais, a aderência à política pública instituída pela Resolução CNJ n. 351/2020, por meio do exame de conformidade com as práticas previstas na norma, tendo por base, ainda, o Modelo de Avaliação dos Sistema de Prevenção e Combate ao Assédio, elaborado pelo TCU, a fim de aferir o nível de maturidade de tribunais e conselhos em relação aos eixos institucionalização, prevenção, detecção e correção do assédio moral, do assédio sexual e da discriminação.	<ul style="list-style-type: none"> • Grau insatisfatório de institucionalização da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação; • Qual insatisfatório de aderência às práticas de prevenção ao assédio e à discriminação; • Grau insatisfatório de aderência às práticas de detecção do assédio e da discriminação; e • Grau insatisfatório de aderência às práticas de correção do assédio e da discriminação. 	40	maio a agosto
8	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Auditoria nos cálculos do pagamento do ATS	Gestão de pessoas	Avaliar a regularidade dos pagamentos referentes ao passivo de Adicional de Tempo de Serviço - ATS de magistrados, com objetivo de verificar a conformidade dos valores apurados e pagos referentes ao período de junho/2006 a dezembro/2022.	<ul style="list-style-type: none"> • Cálculos e pagamentos dos valores em desacordo com os critérios aplicáveis? 	40	janeiro a março

B - Modalidade: Consultoria

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Consultoria/aconselhamento	-	Apoiar a gestão, nos limites do estatuto, de modo a adicionar valor e aperfeiçoar processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos administrativos.	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização antieconômica de controles internos mal desenhados; • Fragilização do ambiente de controle devido à inobservância de medidas administrativas apropriadas; • Atuação da auditoria interna em atividades que possam configurar cogestão, resultando em ausência de distinção entre as atividades de controle interno e de auditoria interna. 	15	janeiro a dezembro

C - Modalidade: Acompanhamento

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
------	--	-------	----------------------	----------	-------	-------------------------------	------------------

1	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.	Acompanhamento	Indícios de irregularidades em folha de pagamento do módulo e-Pessoal	Acompanhar, examinar e diligenciar os indícios de irregularidades em folha de pagamento disponibilizados pelo TCU no módulo Indícios, do sistema e-Pessoal;	<ul style="list-style-type: none"> Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário; Dano à imagem / reputação da Seccional. 	20	janeiro a dezembro.
2	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Acompanhamento	Atos de admissão, requisição, cessão, aposentadorias, pensões e concessão de abono de permanência e de de benefício especial	Acompanhar e verificar a regularidade dos atos de admissão, requisição, cessão, aposentadorias e pensões e de concessão de benefício especial.	<ul style="list-style-type: none"> Atos em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário; Dano à imagem / reputação da Seccional; Divergência de valor do benefício especial; Não comprovação dos requisitos habilitação. 	0	janeiro a dezembro
3	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Acompanhamento	-	Acompanhar a publicação de decisões, acórdãos e orientações, bem como os levantamentos do TCU, do CJF e do CNJ, para fins de aplicação e atendimento pela Seccional.	<ul style="list-style-type: none"> Contas dos gestores do Tribunal julgadas irregulares ou com ressalvas pelo TCU; Gestão de recursos públicos de forma ineficiente, ineficaz ou sem efetividade. 	10	janeiro a dezembro

D - Modalidade: Capacitação

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Participação em eventos de capacitação	-	Desenvolver as competências necessárias para desempenhar as atividades de avaliação e consultoria, considerando a exigência de no mínimo 40h anuais de capacitação para cada auditor, nos termos do art. 72 da Resolução CNJ 309/2020	<ul style="list-style-type: none"> Não detecção de distorções relevantes nas demonstrações contábeis e/ou desvios relevantes nas atividades subjacentes; Ações que não agregam valor à Administração. Inobservância da determinação constante no art. 72 da Resolução CNJ 309/2020; Riscos de auditoria.. 	35	janeiro a dezembro

ANEXO III

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO SETOR DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO DE AUDITORIA - SETPAM

A - Modalidade: Monitoramento					
Item	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Monitoramento da ação para avaliar a regularidade da terceirização na SECAL.	Terceirização de serviços.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0010128-36.2015.4.01.8004	1	janeiro e fevereiro
2	Monitoramento da ação para avaliar a regularidade das adesões e dos respectivos repasses efetuados à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Poder Judiciário - Funpresp-Jud.	Gestão de pessoas.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0008438-64.2018.4.01.8004	1	janeiro e fevereiro
3	Monitoramento da ação para avaliar a regularidade das contratações na modalidade de Registro de Preços.	Gestão das contratações	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0015943-38.2020.4.01.8004	1	fevereiro e março
4	Monitoramento da auditoria de contas de 2020.	Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, gestão de pessoal e gestão do patrimônio.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0017930-12.2020.4.01.8004	1	março e abril
5	Monitoramento da ação para avaliar o projeto relacionado ao exame periódico.	Gestão de pessoas.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0005325-34.2020.4.01.8004.	1	março e abril
6	Monitoramento da ação para avaliar os gastos com diárias.	Indenizações e benefícios	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0011545-48.2020.4.01.8004.	1	maio e junho
7	Monitoramento da ação para avaliar a regularidade dos pagamentos de honorários da Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - AJPC.	Honorários a advogados dativos e peritos.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0000265-51.2018.4.01.8004.	1	maio e junho
8	Monitoramento das ações para avaliar a regularidade das folhas de pagamento.	Gestão de pessoas.	Monitorar as recomendações acatadas relacionadas à criação e aperfeiçoamento de sistemas informatizados, expedidas nos relatórios das auditorias de que tratam os PAs 0015520-49.2018.4.01.8004, 0001438-76.2019.4.01.8004, 0006313-89.2019.4.01.8004.	1	junho e julho
9	Monitoramento das ações para avaliar os atos de admissão, aposentadoria e pensões.	Gestão de Pessoas.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0013221-65.2019.4.01.8004.	1	julho e agosto
10	Monitoramento da ação para avaliar a regularidade da liquidação e do pagamento de despesas contratuais.	Gestão da frota de veículos.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0003040-68.2020.4.01.8004.	1	julho e agosto
11	Monitoramento das recomendações expedidas no relatório da auditoria de contas de 2021.	Auditoria de contas	Monitorar as recomendações 75.2, 75.3 e 75.4 expedidas no relatório da auditoria de contas de 2021 de que trata o PA 0020649-30.2021.4.01.8004.	1	setembro e outubro
12	Monitoramento da ação Coordenada CNJ para avaliação da política de acessibilidade.	Auditoria Coordenada CNJ.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0015767-25.2021.4.01.8004.	1	setembro e outubro
13	Monitoramento da ação para avaliar a regularidade das repactuações contratuais e da liquidação das despesas contratuais.	Gestão de contratos.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0009323-73.2021.4.01.8004.	1	outubro e novembro
14	Monitoramento da ação para avaliar a regularidade da liquidação e do pagamento das folhas de pagamento de pessoal de junho/2021.	Auditoria de pessoal.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0018128-15.2021.4.01.8004.	1	novembro e dezembro
15	Monitoramento da ação para avaliar as transações subjacentes do ciclo de despesas de pessoal - auditoria de contas de 2021 - em relação aos desvios de conformidade não relevantes.	Auditoria de contas 2021.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0023292-58.2021.4.01.8004.	1	novembro e dezembro
				1	

16	Monitoramento da Auditoria de Contas de 2022.	Auditoria de contas 2022.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0007984-45.2022.4.01.8004 - ação para avaliar a regularidade.	outubro e novembro
----	---	---------------------------	--	--------------------

B - Modalidade: Consultoria/aconselhamento

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Prestação de apoio à gestão em consultas e aconselhamentos, nos limites do estatuto de auditoria interna	-	Apoiar a gestão, nos limites do estatuto, de modo a adicionar valor e aperfeiçoar processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos administrativos.	<ul style="list-style-type: none"> Utilização antieconômica de controles internos mal desenhados; Fragilização do ambiente de controle devido à inobservância de medidas administrativas apropriadas; Atuação da auditoria interna em atividades que possam configurar cogestão, resultando em ausência de distinção entre as atividades de controle interno e de auditoria interna. 	2	janeiro a dezembro

C - Modalidade: Projeto

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna	-	Auxiliar na elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna 2022.	<ul style="list-style-type: none"> Inobservância da obrigação prevista na Resolução CNJ 309/2020. 	15	março e abril
2	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Elaboração do Plano Anual de Auditoria - PAA 2024	-	Auxiliar na elaboração do Plano Anual de Auditoria - PAA 2024.	<ul style="list-style-type: none"> Ações planejadas sem avaliação dos riscos associados aos processos de trabalho; Ações planejadas sem observar a materialidade dos objetos priorizados; Não envolvimento da gestão na priorização de ações relevantes para a Administração; Inobservância dos prazos de aprovação e publicação definidos na Resolução CNJ 309/2020. 	18	agosto a outubro.
3	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Elaboração do Plano de capacitação - 2024	-	Elaborar o Plano Anual de Capacitação da Auditoria Interna - PAC-Aud 2024.	<ul style="list-style-type: none"> Nível insatisfatório de gerenciamento dos riscos de auditoria e do risco de amostragem. 	2	outubro

D - Modalidade: Acompanhamento

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Acompanhamento, verificação e análise das decisões, acórdãos e orientações, bem como dos levantamentos do TCU, do CJF e do CNJ, para fins de aplicação e cumprimento pela Seccional	-	Acompanhar, registrar e divulgar decisões, acórdãos, orientações e resultados dos levantamentos de governança do TCU, bem como avaliar a aplicação e o cumprimento pela Seccional.	<ul style="list-style-type: none"> • Contas dos gestores do Tribunal julgadas irregulares ou com ressalvas pelo TCU; • Gestão de recursos públicos de forma ineficiente, ineficaz ou sem efetividade. 	5	janeiro a dezembro

E - Modalidade: Capacitação

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Participação em eventos de capacitação	-	Desenvolver as competências necessárias para desempenhar as atividades de avaliação e consultoria, considerando a exigência de no mínimo 40h anuais de capacitação para cada auditor, nos termos do art. 72 da Resolução CNJ 309/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Não detecção de distorções relevantes nas demonstrações contábeis e/ou desvios relevantes nas atividades subjacentes; • Ações que não agregam valor à Administração; • Inobservância da determinação constante no art. 72 da Resolução CNJ 309/2020; • Riscos de auditoria.. 	10	janeiro a dezembro



Documento assinado eletronicamente por **Zacarias Vitorino de Oliveira Filho**, **Diretor(a) de Núcleo**, em 03/11/2023, às 13:54 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **18377307** e o código CRC **9EBF88C0**.